

MAURÍCIO WALDMAN

INTEGRAÇÃO DE ÁFRICA

Cadências, Prognósticos e Sínteses



SÉRIE PROFESSOR MOURÃO 2



EDITORA KOTEV



Professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão (1934-2017)

PREFÁCIO

Existem dois tipos de pessoas: as que fazem, e as que se explicam (Talmud)

Meu convívio com o Professor Mourão foi longo, produtivo e enriquecedor.

Recordo-me vividamente das aulas ministradas por este grande mestre nas Ciências Sociais da USP, usufruindo com grata fortuna dos conhecimentos deste autêntico gigante intelectual.

Em paralelo, Mourão revelou-se um homem justo e ponderado, afeito à nobreza de causas que num plano geral, eram amplamente ignoradas, quando não desprezadas, pelo conjunto da sociedade.

Foi assim então que fui iniciado na ciência deste continente esplêndido e formidável que é a África, dos seus povos e culturas.

Generoso, o Professor Mourão indispunha-se com o agrilhoamento da informação, mantendo disposição permanente em cientificar seus pupilos com toda sorte de dados que dispunha.

E caso não os tivesse, prestava-se a procurar para novamente retomar um ciclo de trocas que parecia nunca ter fim.

Homem de ação, o Professor Mourão teve papel magnífico nas lutas de libertação dos povos africanos, que conhecia com a sabedoria dos que participam ativamente no que acreditam.

O reconhecimento pelo seu trabalho, digno e incansável, manifestou-se no apreço dos alunos pela sua pessoa, nos inumeráveis convites que a ele eram endereçados para ministrar conferências e também, como posso pessoalmente testemunhar, pelas ligações que recebia do outro lado do Atlântico, atendendo diplomatas, líderes e chefes de Estado africanos.

Nada mais certo que dia mais, dia menos, meu envolvimento com a pessoa do Professor Mourão se desdobrasse num trabalho acadêmico profundo.

Foi assim que numa tarde de 2011, no seu sítio em Cotia, na Grande São Paulo, veio à baila a proposta de que eu desenvolvesse, sob sua supervisão, uma investigação em nível de Pós-Doutorado com foco na África.

Uma vez mais o Professor Mourão colocou em ação seus dotes como preceptor. Assim, de vez que eu não tinha formação em Relações Internacionais (RI), que seria a moldura disciplinar da proposta de Pós-Doutoramento, fui instado a fazer o que meu instrutor definiu como graduação por conta própria em RI.

Foram dezenas de textos e livros que devorei com determinação para que meu trabalho tivesse calço substantivo no tocante ao marco teórico da pesquisa, labor sempre acompanhado com prontidão pelo mestre Mourão.

Seguiram-se dois anos de pesquisas exaustivas, desenvolvidas em paralelo com o aprofundamento de minha participação no **Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP)**, e interação com atores como a revista **Brasil Angola Magazine** (sob direção do igualmente saudoso jornalista Antônio Lúcio), com o **Jornal Cultura** (de Luanda, Angola) e com a **AFRO-CHAMBER**, Câmara de Comércio Afro-Brasileira.

Em 2017, quando do falecimento do Professor Mourão, tomei a decisão de trazer a luz os materiais desenvolvidos durante a investigação de Pós-Doutorado, tanto no tocante ao conteúdo específico do Relatório Final da investigação (Aprovado com distinção pela FAPESP), quanto no tocante ao polpudo acervo de textos resultantes das atividades da pesquisa.

O material que segue é, deste modo, um dos que trazem a marca inconfundível de um orientador singular, sempre querido e lembrado. Como homenagem a este homem incomum, o texto integra a **SÉRIE PROFESSOR MOURÃO**, sob titularidade da **EDITORA KOTEV**, publicadora digital sediada na capital paulista.

Que a leitura deste e dos demais materiais da **SÉRIE PROFESSOR MOURÃO** possam evocar, ao menos parcialmente, a contribuição imorredoura do grande intelectual e mestre Fernando Augusto Albuquerque Mourão. Mesmo porque os que fazem, não se explicam: simplesmente trazem à mostra o resultado do seu trabalho.

Bom proveito da leitura.

MAURÍCIO WALDMAN

INTEGRAÇÃO DE ÁFRICA: CADÊNCIAS, PROGNÓSTICOS E SÍNTESES ¹

MAURÍCIO WALDMAN ²

I. A PROATIVIDADE DA ÁFRICA SUJEITO

Acolhendo como suporte as apreciações discutidas nos parágrafos anteriores, propomo-nos agora repassar e avaliar os processos integrativos individualizados em África. Como veremos, os dinamismos da integração do continente circunscrevem diversos sentidos e dissensos, ancorados tanto junto às Relações Internacionais (doravante RI) enquanto corpo disciplinar ³, quanto nas feições histórico-culturais da África.

É rotineiramente observado que conceitos básicos para o estudo das relações internacionais (integração, cooperação, comunidade, globalização e multilateralismo dentre outros), explicitam resistências na interlocução com o reino do real, solicitando adequações para garantir fluidez às análises.

Consecutivamente, sendo o corrente texto um relatório de pesquisa, há que se ter em conta as disfunções de um universo terminológico que inclusive em razão das suas propriedades, habilitam-se, *mutatis mutandis*, a enclausurar a realidade africana em acepções reducionistas, envelopando fabulações, clichês e prejulgamentos sancionados por um léxico esculturado pelo conhecimento institucionalizado, posturas que reificam a compreensão do continente ⁴.

Correlatamente a esta última asserção, seria inevitável assinalar que não apenas quanto às experiências de integração, mas tal como no exame de quaisquer outras facetas da realidade africana, está sempre presente o perigo das metodologias ignorarem as singularidades do continente.

Em vários momentos, essas esboçam hermenêuticas cuja nota comum é uma apreensão que expurga do processo cognitivo o que há de mais substantivamente africano, corporificando uma fagocitose onde os modos de entendimento têm por pedra de toque o prontuário da *África objeto*. Nesse postulado residem axiomas

negadores da história, cultura, economia e da geografia do continente, modos de pensar umbilicalmente atados a crivos eurocentrados empenhados em desqualificar, subalternizar e respaldar uma inserção desigual da África na ordem mundial construída *para e pelo* Ocidente (Cf. WALDMAN, 2013b).

Neste particular, reforçando as problematizações alinhavadas neste texto, faria sentido apurar que a visão ocidental sobre a África nunca foi estática. Existiram modificações e cumpriria sublinhar, não foram poucas. Ao longo do tempo histórico, detectam-se a incorporação de novos atributos, substituindo e/ou reconfigurando as ideias originais.

Mas, embora os apreços que adornam o imaginário ocidental tenham oscilado ao gosto das conjunturas, um *paradigma da negatividade* (sob cuja custódia foi montada e recomposta a imagem da África), jamais foi plenamente descartado.

No que poderia ser reivindicado como sinal da persistência dessa postura, a dificuldade em aceitar a ideia de uma civilização negro-africana e o reincidente afro-pessimismo que move muitos relatos intelectuais ⁵, constitui eloqüente testemunho do quanto o prestígio da propositura da África objeto permanece incólume em vários escaninhos acadêmicos ⁶.

Compondo com essas observações, seria procedente acentuar que o percepcionamento da África reproduz estereótipos oriundos de canais formais e informais. Em uníssono, bate-se na tecla da estigmatização do continente como espaço marcado pela miséria, corrupção, golpes de estado, violência, guerras tribais, instabilidade política, AIDS, fome e falência econômica.

Formatando uma verdadeira obstrução ideológica propensa a impugnar a cidadania civilizatória e política do continente, tais formulações, inserindo marcados juízos de valor, além de não contribuírem para uma compreensão isenta e eficaz das problemáticas que acodem o continente, tampouco desvendam perspectivas para superá-las. E para piorar, contaminam a visibilidade da África em todos os níveis, impactando a elaboração conceitual e o teor das pesquisas (Cf. WALDMAN, 2012b e 2012f; OLIVA, 2003).

Deste modo, urgiria ordenar narrativas escoradas no conceito de *África Sujeito*, lapidadas de modo a cotejar a África a partir dos seus próprios valores e práticas, substituindo critérios impingidos a partir de rompantes imaginários que negam sua individualidade. Sendo esse o fio condutor, o que se espera é a modelagem de constructos diferenciados, reveladores da fisionomia e da trajetória da África,

reivindicação cujo objetivo não pode ser outro que não a alteração das perspectivas que tem norteado a apreensão do continente.

Isso posto, a arguição que pretendemos desenvolver reclama um discernimento que viabilize uma delimitação mais precisa da África no campo operacional das RI, sugerindo uma ressignificação das categorias de análise (*passim* ANJOS, 2009; WALDMAN *et alli*, 2007; LEITE, 1992).

Para satisfazer esta exigência, pode-se de imediato apelar ao que a própria compleição geográfica, histórica e cultural do continente patenteia. Formando a mais compacta massa de terras emersas do Planeta e sendo ao mesmo tempo o espaço de origem da espécie humana, a África constitui por definição um ambiente intensamente cinzelado pela ação antropogênica durante dezenas de milhares de anos.

Isso significa que os africanos são herdeiros de uma longa peripécia calçada por incontáveis trocas culturais, econômicas e sociais, desdobrando-se numa moldura continental que preme de heterogeneidade, simultaneamente denota rasgos comuns em toda sua extensão, justificando uma noção de *unidade objetiva do continente*⁷.

Todavia, conquanto existam laços a soldar uma unidade continental *em si*, essa faculdade não subentende a existência de concepções unitárias *para si* incorporadas *a priori* por grupos ou povos africanos. Tão importante quanto os dados objetivos, a percepção modelada pelo imaginário configura regulação que em último caso, detém a sublimidade de endossar ou não inferências presentes no universo concreto.

Neste sentido, invocando considerandos do filósofo anglo-ganense Kwame Anthony Appiah, os modelos identitários apenas auferem significado no imaginário social enquanto aforismo comungado por um círculo amplo de pessoas, *exclusivamente* na hipótese de estarem investidos da condição de uma *crença*, de uma *verdade* abonada por grupos, povos e culturas, nidificando inclusive a expensas de uma capilaridade objetiva. Isto é: exibindo relativa autonomia diante da realidade concreta (*apud* APPIAH, 1997: 20-19).

É assim que a África, independentemente de pautar uma unidade no plano do tempo, do espaço e da cultura, irrompe na consciência dos seus povos a partir de uma ordenação formatada por postulados de outra ordem, trabalhada por grupos que direta ou indiretamente reagem à dominação colonialista.

II. IDENTIDADES EM CONSTRUÇÃO, PAN-AFRICANISMO E IMAGINÁRIO POLÍTICO

Isso posto, a arqueologia das idéias elaboradas pelos africanos a respeito de uma identidade na escala continental nos revela a centralidade de uma série de posturas reativas que alicerçaram movimentos de contestação ao aparato militar colonial, aos missionários, administradores e homens de negócio do exterior, identificados como personagens que encetaram perturbações e constrangimentos para as sociedades autóctones.

E numa clara demonstração de que as prefigurações imaginárias não surgem alheias aos contextos que as forjam, as reações ao domínio colonial se revestiram de múltiplas formas, expressando codificações que mais tarde condicionariam os rumos assumidos pelo associativismo político africano (Vide ASANTE *et* CHANAIWA, 2010; BALANDIER, 1976: 206-209).

Neste cenário, despontam correntes críticas do racismo, da exploração econômica, das burocracias coloniais e da coação por parte de padrões culturais alienígenas, adjudicadas a propostas de reabilitação dos *de dentro* ao mesmo tempo em que contestam os *de fora*, sendo seu epítome o *Pan-Africanismo*⁸. Notabilizando-se no cenário político continental, o pan-africanismo, com meta precípua na libertação e unificação dos negro-africanos, pode ser definido conforme nos informa o professor nigeriano Peter Olanrewaju Esedebe:

“como um movimento *político e cultural* que considera a África, os africanos e os descendentes de africanos de além-fronteiras como um único conjunto e cujo objetivo consiste em regenerar e unificar a África, assim como incentivar um sentimento de solidariedade entre as populações do mundo africano” (*The Growth of the Pan-African Movement*, 1980, página 14, citado em ASANTE *et* CHANAIWA, 2010: 873, *grifos nossos*).

Inspirado nessas motivações, o pan-africanismo disseminou-se por todo o mundo negro-africano. Note-se também, no que seria bastante revelador dos laços que a diáspora negra mantém com o continente de origem, que este movimento medrou primeiramente junto a uma elite intelectual de afro-descendentes nos Estados Unidos, Europa e do mundo caribenho, inclusive enquanto contestação ideológica à doutrina da inferioridade racial dos negros.

Originalmente, o referencial da *unidade dos africanos*, fosse ela pensada a partir de um critério racista, cultural e/ou pelo crivo das vicissitudes históricas da escravidão

e da imposição colonialista, portanto, sempre substantivou nota predominante no pan-africanismo (Cf. WALDMAN, 2013h; DÖPCKE, 1999: 88).

Nessa interface, a diáspora negra sempre foi generosa credora do ideal pan-africanista. A primeira conferência do movimento, reunindo ativistas dos Estados Unidos, Inglaterra e Antilhas, ocorreu em Londres no ano de 1900, convocada pelo militante afro-caribenho Henry Silvester Williams, advogado natural de Trinidad. Militantes afro-descendentes como Web Du Bois (norte-americano) e Marcus Garvey (jamaicano), ambos defendendo a união da África e o fortalecimento dos laços da diáspora com o continente, foram notáveis doutrinadores do pan-africanismo, expressão de uma África retomada e recriada externamente às suas fronteiras histórico-geográficas clássicas (Ver a esse respeito HARRIS *et* ZEGHIDOUR, 2010).

Essa seria uma das muitas correlações de soldaduras que nitidamente conectam o mundo negro e o mundo africano, entrelaçando-se entre si de modos muitas vezes insuspeitos, mas que trazem um conteúdo de novidade à temática da integração. E exatamente por esse motivo deveriam ser observadas com atenção por parte dos especialistas em RI⁹.

Ainda centrados neste ponto, seria mister recordar que o movimento pan-africanista passa a ficar sob a batuta de lideranças africanas natas somente a partir do 5º Congresso, realizado em 1945 na cidade de Manchester e presidido pelo venerando ativista WEB Du Bois.

Ponto de inflexão do pan-africanismo, nesse encontro a reivindicação da autodeterminação dos africanos tornou-se o corpo de ideias central do movimento, concepção essa que avança por convencimento ideológico. Isso porque no 5º Congresso, como de praxe nos encontros anteriores, a naturalidade dos participantes ignorava solenemente qualquer critério de representatividade demográfica e continental. Vejamos os números e a origem geográfica: estavam presentes 33 delegados antilhanos, 31 europeus, 26 africanos e um norte-americano (M'BOKOLO, 2012: 573).

Outrossim, o 5º Congresso tornou o pan-africanismo uma reivindicação política, um ideário sob o comando de africanos, atraindo e congregando uma geração inteira de líderes por todo o continente. Deixando marcas irretorquíveis no cenário político continental, nesse cometimento destacam-se reconhecidos líderes independentistas, caso de Isaac Wallace-Johnson (Serra Leoa), Steve Biko (África do Sul) Julius Nyerere (Tanzânia), Jomo Kenyatta (Quênia), Mobido Keita (Mali), Hastings Banda (Malawi),

Kenneth Kaunda (Zâmbia), Kwame Nkrumah (Gana), Ahmed Sékou Touré (Guiné-Conacry) e Patrice Lumumba (República Democrática do Congo: RDC).

Adotando o pan-africanismo como rastilho dos seus discursos e programas políticos, o endosso deste ideário pelos futuros dirigentes ensinaria então, na aurora das independências, propostas de união política, cultural e econômica (Vide KODJO *et* CHANAIWA, 2010; WALDMAN *et alli*, 2007: 234-235).

A *propôs*: anote-se que a inclinação em *assumir o continente* transparece cristalinamente na nomenclatura dos partidos independentistas, que num claro compromisso pan-africano, em grande número apelam para a “África” como referencial geográfico, e não, os territórios particulares nos quais atuavam. Com base em sucinta e emblemática listagem de exemplos (M’BOKOLO, 2012: 631), vejamos:

- Partido *Africano* para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC);
- Zimbabwe *African* National Union (ZANU), Zimbabwe *African* People's Union (ZAPU) ¹⁰;
- *African* National Congress (ANC), na África do Sul;
- All-*African* People's Revolutionary Party (A-APRP), em Gana ¹¹;
- Kenya *African* National Union (KANU);
- Voltaic Democratic Union-*African* Democratic Rally (UDV-RDA), no atual Burkina Faso;
- Partido *Africano* para a Independência de Cabo Verde (PAICV);
- Union Démocratique *Centrafricaine* (UDC);
- Nyassaland *African* National Union (NANU), no atual Malawi;
- Parti Démocratique de la Côte d'Ivoire - Rassemblement Démocratique *Africain* (PDCI-RDA);
- Pan-*Africanist* Congress (PAC), na África do Sul;

- Parti de Regroupment *Africain* (PRA) e o Parti *Africain* de l'Indépendance (PAI), no Senegal;
- Parti Solidaire *Africain* (PSA), na atual República Democrática do Congo;
- Sudanese Union - *African* Democratic Rally (US-RDA), no antigo Sudão Anglo-Egípcio;
- Tanganyika *African* National Union (TANU), *Afro-Shirazi* Party (ASP) ¹², na atual Tanzânia;

Para completar, dezenas de organizações esportivas, sociais, religiosas, culturais, acadêmicas e econômicas, cujo horizonte de ação desdobra-se no continente por inteiro, acoplam o nome do continente às suas siglas e acrônimos, tonificando a África enquanto uma representação presente no imaginário social dos africanos. E fazendo isso, difundem ao mesmo tempo a ideia da unidade continental ¹³.

Portanto, na ótica de um ator identitário construído histórica, cultural e geograficamente, são muitos os sinais de um senso de pertencimento que na comparação com os demais espaços civilizatórios com expressão continental, projeta a incisividade do imaginário pan-africanista, *para o qual a África é uma só* ¹⁴.

Também seria meritório comentar a evocação do ideal africanista pelas duas organizações continentais africanas. Constituindo entidades progênies do pan-africanismo, tanto a *Organização da Unidade Africana* (OUA, ativa entre 1963-2002), quanto a *União Africana* (UA, que sucede a OUA em 09-07-2002), expressam de modo seminal os dilemas e as potencialidades de integração da África.

Sediadas em Adis Abeba, cidade carregada de forte simbolismo por ser a capital da Etiópia (único país africano a manter-se independente diante da investida colonialista), ambas as instituições estão postadas no centro do debate do associativismo africano.

Nessa visada, a tônica pan-africanista foi por demais evidente na atmosfera pejada de efervescências que permeou a criação da OUA, ato apoiado por 32 nações africanas independentes. Expressando tomada de posição quanto ao sentimento relativo a um destino comum para o continente, tratou-se de data realmente solene, com enorme impactação no meio político internacional da época ¹⁵. É o que

transparece no discurso de abertura da Reunião Magna da OUA, proferido aos 25 de Maio de 1963 por Hailé Selassié, imperador da Etiópia. Acompanhemos o excerto:

“Reunimo-nos para reforçar o nosso papel na condução dos assuntos do mundo e para cumprir nosso dever para com esse grande continente, no qual temos a responsabilidade por duzentos e cinquenta milhões de habitantes. *O conhecimento da nossa história é indispensável para estabelecer a nossa personalidade e a nossa identidade de africanos.* Proclamamos hoje aqui que a nossa maior tarefa consiste na libertação definitiva de todos os nossos irmãos africanos que se encontram ainda sob o jugo da exploração e do domínio estrangeiro. *Reconhecemos que o futuro deste continente reside, em última instância, numa união política: devemos reconhecer também que são numerosos e difíceis os obstáculos a vencer para lá chegar.* Por conseqüência, é inevitável um período de transição... *Certas organizações regionais devem assumir funções e satisfazer necessidades que não poderia ser satisfeitas de outra maneira.* Mas o que existe de diferente aqui é que reconhecemos estas situações no seu justo valor, isto é, como sucedâneos e expedientes temporários de que nos servimos até o dia em que tivermos atingido as condições que tornem possível a unidade africana total ao nosso alcance” (Citado in FERNANDES, 2009: 93-94, *grifos nossos*).

III. VICISSITUDES DA INTEGRAÇÃO

Entretanto, como em muitos outros teatros do III Mundo, as expectativas despertadas pelos movimentos independentistas afirmadores de novas molduras políticas não tardaram em serem confrontadas com a dura realidade imposta pelos anseios de continuísmo das antigas metrópoles. No geral, essas pulsões estavam temperadas pela animosidade de um mundo bipolar cindido pelas superpotências e pelo sortido cardápio de inimizades encarniçadas oferecidas pela Guerra Fria (Vide M'BOKOLO, 2012: 631).

Assim, sob o prisma do mapeamento das dificuldades colocadas ao avanço da unidade africana (antes e depois da formação da OUA), muitos pontos colocam em cheque visões embaladas pelo otimismo fácil. Inserida numa esteira processual irregular, volátil e diferenciada, uma cadência dessimétrica da descolonização, que alternou tensões e consentimentos, rupturas e continuidades, não tardou em se manifestar no solo africano.

Deste modo, indo por partes seria primeiramente necessário centrar as atenções nos entraves colocados pelas antigas potências mandatárias coloniais, para num segundo

momento verificar como o universo do econômico se acopla ao debate da integração continental nas diferentes gradações que evoca.

Acareando o primeiro ponto, podemos de imediato assentar que o processo de descolonização não pode ser desvinculado de ponderável conjunto de dificuldades claramente postadas aos movimentos de emancipação já nos primeiros momentos da conquista das independências.

Essa consideração nos conduziria a 1957, ano em que a Colônia Britânica da Costa do Ouro (*British Colony of Gold Coast*), tornou-se, sob liderança do nacionalista Kwame Nkrumah, a primeira nação ao Sul do Saara a conquistar soberania política. O término do domínio inglês na antiga Costa do Ouro, agora rebatizada como Gana ¹⁶, certamente constituiu magna efeméride pan-africanista ¹⁷.

Como se sabe, a sugestão de criar a OUA é enunciada pela primeira vez em 1957 em Acra, durante as comemorações da independência do novo país. Essa pretensão foi posteriormente reforçada pela copiosa torrente independentista que se seguiu à retirada dos ingleses de Gana.

Em 1960 nada menos que 17 novos Estados soberanos passam a compor a geografia política do continente. Entretanto, o ano icônico de 1960, entronizado em muitas análises como *Ano da África* devido à enxurrada de independências, foi também marcado por graves perturbações políticas no ex-Congo Belga, que se tornou palco premonitório de açulados contrapontos que ao longo nas próximas décadas, dividiriam o continente inteiro.

A refletir: este evento traumático, que macula o *annus mirabilis* africano, presenciou a *primeira guerra civil* da África independente; seguida do *primeiro reenvio de soldados europeus* para um continente na trilha independentista; consubstanciou igualmente o *primeiro golpe de estado* a derrubar um chefe de Estado eleito numa África recém-emancipada. Logo, o desenrolar dos acontecimentos pôs claramente em cheque a noção de que a autodeterminação nacional seria em si mesma, a solução para os dilemas gerados pelo colonialismo (WALDMAN, 2012g: 3).

Decididamente, no que seria representativo das dificuldades postadas para a integração africana, o episódio do ex-Congo Belga tirou peremptoriamente de cena uma destacada liderança pan-africanista Patrice Lumumba (1925-1961), prócer do Movimento Nacional Congolês (*MNC: Mouvement National Congolais*), cuja ascensão ao poder foi na realidade a antessala de uma dura conflagração que abalou toda a nação congoleza.

Considerado um dos líderes africanos de primeiro escalão, o *premier* congolês foi deposto do governo apenas dez semanas após a posse, sendo assassinado pelos golpistas em Janeiro de 1961. Subsequentemente, o país mergulhou na *Crise do Congo* (1960-1966), marcada por sangrenta guerra civil, com facções rivais a testa do controle de diferentes áreas do país opondo-se entre si.

Isso sem contar com a secessão aberta da antiga província de Katanga (rebatizada nos anos 1970 como Shaba, topônimo corrente), rebelião encabeçada por Moisés Tshombe e apoiada ostensivamente pelas mineradoras de cobre, ouro e urânio, todas aliadas à Bélgica, antiga metrópole ¹⁸.

No clima carregado de tensões Leste-Oeste, a citada sucessão de eventos tinha tudo para se tornar um *pivot* de acirrada quebra de braço geopolítica entre as duas superpotências: EUA e URSS. A União Soviética, inconformada com o *coup d'état* que derrubou Lumumba, encabeçou tempestuosa ofensiva diplomática, acompanhada de cáusticas acusações antiocidentais, provocando contrapartidas da administração Eisenhower (1953-1961), que azedaram de vez o clima entre as grandes potências ¹⁹.

Tendo o Congo como um dos seus epicentros, a Guerra Fria na década dos anos 1960 se tornou irrefreavelmente o fato político por excelência nas relações internacionais. Perdurando ao arrepio de uma conflagração que poderia destruir o Planeta de uma só vez, a situação de tensão permanente contribuiu para alimentar um clima de instabilidade que ensombrou a África, ensejando múltiplos infortúnios.

Igualmente, note-se que o processo de descolonização do continente no pós-guerra (afoitamente definido como “pacífico” por determinadas historiografias), mesmo quando desse modo formalmente transcorreu, foi dantes pela falta de alternativa das potências colonialistas diante das pressões em prol da soberania política do que por eventual convencimento da justiça das reivindicações africanas.

Concretamente, onde quer que a dominação colonial europeia tenha se empossado do sentimento de continuidade e em especial, da possibilidade de manter-se na posição de mando, se evidenciou intransigência a toda prova em abrir mão das possessões, uma situação que induziu os africanos a colocar em marcha a luta armada para dismantelar de vez a opressão estrangeira (VISENTINI, 2012: 29-34).

Foi o que aconteceu na Argélia. Nesse país, a independência sobrevém em 1962 após guerra aberta contra a máquina de repressão militar montada pela França, uma conflagração particularmente violenta, envolvendo um altíssimo custo em destruição e perdas de vidas humanas ²⁰.

O mundo também aguardou outros treze anos para presenciar a derrocada do colonial-fascismo português, que abriu as portas para o surgimento de cinco novos países livres: Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Ilhas do Cabo Verde e São Tomé e Príncipe (1975).

No sul do continente, a independência do Zimbabwe (ex-Rodésia) acontece em 1979 após longa luta de guerrilhas, que minou e pôs abaixo o governo racista autocéfalo formado por colonos de origem europeia (Cf. WALDMAN *et alli*, 2007; COURRIERE, 1975; MASON, 1975).

Quanto à África do Sul, o domínio dos colonizadores europeus estendeu-se por mais tempo do que em qualquer outro ponto do continente. Isso porque o *Apartheid* resistiu o quanto pode, mesmo diante das vagas cada vez mais encorpadas de mobilização política.

Assim, a independência terminou postergada para 1990, *interregnum* que envolveu elevado custo em vidas humanas e vicissitudes de toda ordem. Para a Namíbia (ex-Sudoeste Africano), cuja luta de emancipação política foi correlata à dos negros sul-africanos ²¹, o ano de 1990 também constitui o marco final de um longo histórico de reação nacionalista contra o domínio do exclusivismo sul-africano (Vide WALDMAN, 2012g; WALDMAN *et* SERRANO, 2007; JOHNSTONE *et alli*, 1979; MAY, 1975).

Sob a ótica do apoio externo, todos esses episódios de enfrentamento armado (que tiveram lugar durante a etapa de constituição do sistema africano de relações interestatais), geraram um amplo efeito desestabilizador. Entretanto, também se antepuseram a uma conjuntura que abria brechas para obter auxílio e solidariedade, em especial dos antigos países socialistas. Provavelmente, tais alianças tinham o selo da Guerra Fria.

Nessa intercorrência, foram estimulados inelutáveis ganhos políticos, diplomáticos e militares para os movimentos africanos de libertação nacional. Há que ser recomendado o agudo comentário do acadêmico queniano Ali MAZRUI: “sem a intervenção da União Soviética e dos seus aliados nas lutas da África Austral, a libertação desta região seria provavelmente ainda mais retardada, em ao menos uma geração” (2010b: 143).

Complementando, no que lança luz ao caráter hesitante da descolonização, uma observação mais atenta colocaria *sub judice* um conjunto remanescente de ilhéus, arquipélagos, pináculos oceânicos e instalações portuárias que continuam sob tutela europeia (Figura 1).

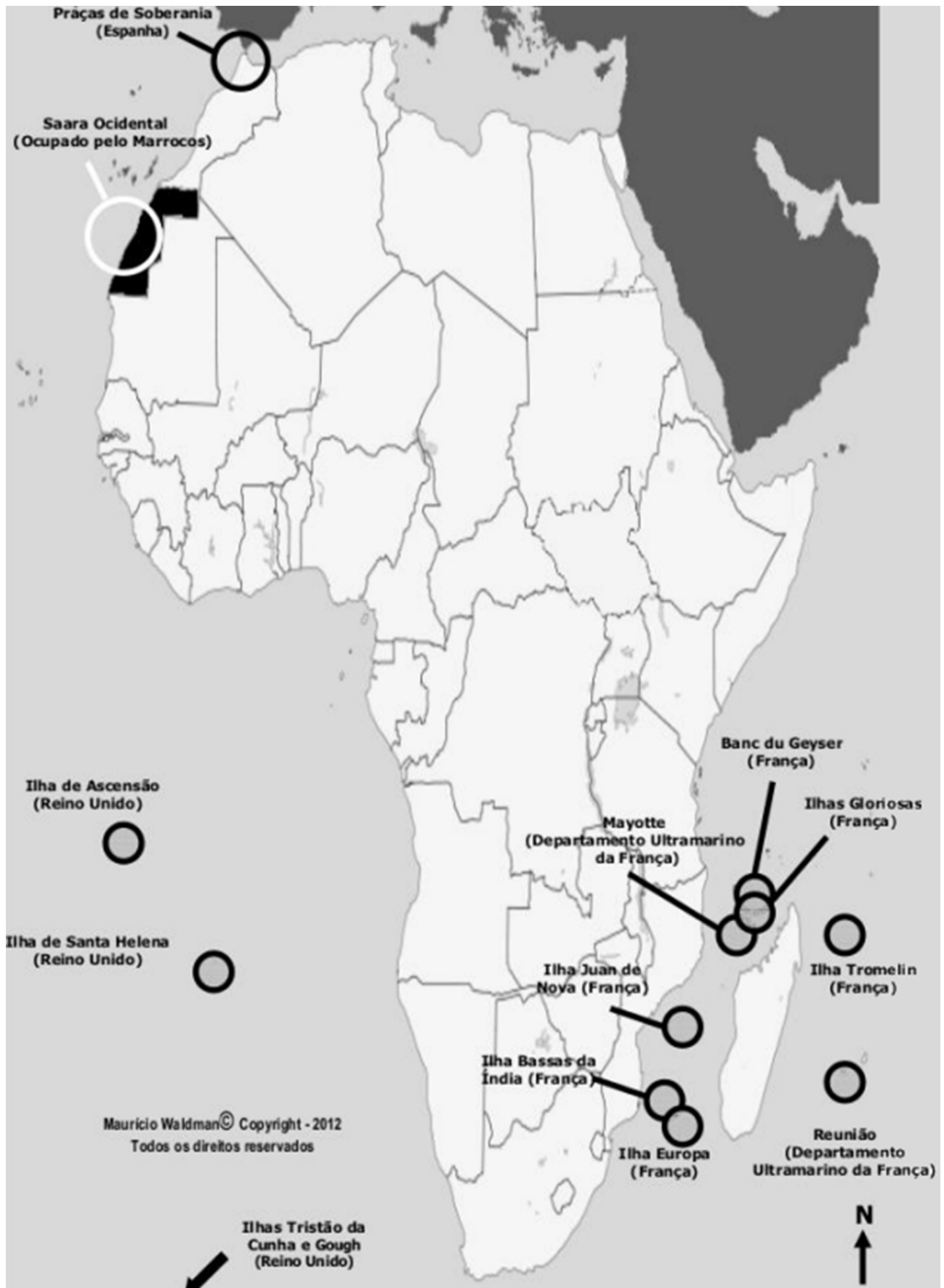


FIGURA 1 - Mapa Territórios Não-Soberanos em África no ano de 2013
(Cf. WALDMAN, 2013b: 18; 2013d: 12)

Embora raramente lembrados, esses derradeiros territórios coloniais estão no exercício de compromissos geoestratégicos nada desprezíveis, pleiteando avaliações e um discernimento mais cirúrgico no plano dos confrontos geminalmente colocados pela ordem mundial (Vide WALDMAN, 2013b: 17; 2012g; LEWIS, 2011a, 2011b).

Tout court, perseverando sob as bandeiras do Reino Unido, França e Espanha, um breviário dominial sucinto destacaria:

O Território Ultramarino Britânico: *British Overseas Territory* (BOT) ²² composto pelas Ilhas de Santa Helena, Ascensão, Tristão da Cunha e Gough, situadas no Atlântico Central;

Os Departamentos Ultramarinos da República Francesa: *Départements d'Outre-Mer* (DOM) ²³ das Ilhas de Mayotte e Reunião, às quais se soma o Território Francês das Ilhas Esparsas do Índico, *Îles Éparses de l'Océan Indien*, composto pelo atol Bassas da Índia, ilha Juan de Nova, Arquipélago das Gloriosas e o Banco Geyser, situadas no Canal de Moçambique e a Ilha de Tromelin, localizada a Nordeste de Madagascar; •

As Praças de Soberania: *Plazas de Soberania*, um punhado de enclaves sob custódia da Espanha sucedendo sem solução de continuidade pelas beiradas da costa Norte do Marrocos: o Arquipélago das Ilhas Chafarinas, os Penões ²⁴ de Alhucemas, de Vélez da la Gomera ²⁵ e de acordo com a chancelaria espanhola, também a longínqua Ilha de Perejil ²⁶.

Descritas em alguns textos como “reliquias do imperialismo”, estes pequenos trechos de território estão, todavia, a postos para satisfazer bem mais do que os arroubos de um descompromissado saudosismo colonial.

Na realidade, *la raison impérieuse* para que a flâmula das antigas potências tremule em sítios isolados da África entremeia ambições nem sempre concretas a um olhar desavisado. Concretamente, perfilando pontos de apoio a cavaleiro de estratégicos passos marítimos e canais oceânicos, estes rincões usufruem importância magnífica, bem maior que a sugerida pela sua reduzida extensão territorial.

Dentre os atributos geoespaciais a confirmar o porquê das antigas metrópoles aferrarem-se em mantê-los sob sua jurisdição, tem-se que essas fortalezas, além do papel-chave na fiscalização do tráfego costeiro, de alto-mar e a vigilância do espaço aéreo, estão aptas a funcionar como cabeças de ponte numa eventual fricção com os lindes costeiros e o *hinterland* continental.

Nas duas últimas décadas a importância deste repertório de possessões foi exaltada pelo desempenho crescente da África como produtor de hidrocarbonetos e de outras matérias primas estratégicas, um pretexto decisivo num mundo assombrado pela escassez premente de recursos. Especialmente o espaço do Atlântico Sul posiciona-se como uma artéria de comunicação vital e uma fantástica reserva de matérias primas, nela fazendo presença o petróleo.

Numa descrição sumária, a Bacia do Atlântico Sul forma um conjunto de nações cujos nexos fundantes foram a construção dos canais de Suez (1897) e do Panamá (1914). O primeiro, ao unir diretamente a Europa à Ásia, desviou o comércio internacional da rota do Cabo, aberta a partir das viagens de Vasco da Gama (1497-1498); quanto ao segundo, este põe a perder a primazia do Cabo Horn como via de ligação entre o Atlântico e o Pacífico, itinerário comercial aberto a partir da circunavegação da Terra por Juan Sebastián El Cano e Fernão de Magalhães (1519-1522).

O resultado direto dessas duas obras foi consolidar as assim consideradas Bacias com “forte densidade” de contatos (Pacífico Norte, Atlântico Norte e Índico), que contrastam com as Bacias Sul-Atlântica e do Pacífico Meridional, marginalizadas na reorganização do espaço mundial e caracterizadas por uma “fraca densidade” (Ver a respeito PENHA, 2010: 62-65, 84 e 228-229).

Entretanto, desde os anos 60 o Atlântico Sul tem se revitalizado enquanto espaço de interesse para a ordem mundial, num espectro que se estende da retomada da Rota do Cabo, passando pela repaginação do papel econômico das economias da região e chegando aos novos interesses estratégicos e aos contatos multilaterais cada vez mais intensos entre os países das duas orlas oceânicas.

Nesse particular, notar novamente o papel estratégico de Angola, nação com a qual o Brasil se posiciona como um antípoda, posição por sua vez realçada pela sua condição de espaço de transição junto ao vasto *hinterland* centro-meridional africano.

Portanto, não é de se estranhar que os Estados Unidos tenham criado no ano de 2006, o Comando dos Estados Unidos para a África (*United States Africa Command*: USAFRICOM ou AFRICOM), cuja incumbência é gerir a política militar-estratégica norte-americana no continente. Para tanto os EUA contam com facilidades logísticas acertadas com a Inglaterra nos seus arquipélagos do Atlântico e numa cumplicidade que dispensa maiores comentários, com o aparato francês do Índico.

Mais diretamente, a vigilância estratégica norte-americana visando monitorar a movimentação no Golfo da Guiné também conta com instalações de radar em São Tomé e Príncipe. Objetivamente, o ocidente tem a navegação de alto-mar nas duas fachadas oceânicas da África sob sua supervisão (Cf. WALDMAN, 2013b, 2012g; PENHA, 2011; SCHÜTZER, 2009: 5-6; SILVA, 2008; MONETA *et alli*, 1983; COUTAU-BÉGAIRE, 1975: 57-71).

Seguramente se coloca para os enclaves espanhóis, dependências francesas e para o *British Overseas Territory* do Atlântico, uma equação político-estratégica que pode ser remodelada de chofre, consoante a volatilidade da política mundial. Não se permite esquecer que modernos meios de transporte, a nova geração de armas convencionais e os bombardeios de longo alcance, tornaram essas velhas posições herdadas do colonialismo em pontos tão ou mais estratégicos do que jamais o foram

²⁷.

Exemplificando, na Guerra das Malvinas a ilha de Ascensão funcionou como arrimo da ofensiva área que martelou à distância, as linhas argentinas. E ombro a ombro com os aeródromos de Ascensão, Santa Helena foi o suporte da força tarefa naval inglesa que retomou o arquipélago.

Quanto à França, o país parece preparado para qualquer eventualidade que lhe crie embaraços nas águas do Índico, contando com as vantagens oferecidas pelas ilhas sob sua administração para exercitar um *devoir d'ingérence*, respaldado no controle do Canal de Moçambique e para reforçar o chamado *Quadrilatère Français*, esquema gaulês de presença estratégica no Índico.

Assim, embora de longe equiparáveis à imensidão dos antigos impérios coloniais no ápice do seu esplendor, a permanência destes territórios sob bandeira europeia por si só instigaria investigar as motivações reais que animam tal titularidade ²⁸.

Acima de tudo, devemos reter que no espaço não há lugar para acasos, desatinos ou para o império da desordem. Pois como estaria implícito nessa linha de raciocínio, mesmo aquilo que é aparentemente desordenado, reflete predisposições, assunções e devires suscitados pela própria ordem (SANTOS, 1988: 66).

Portanto, embora a primeira vista tópico discrepante junto ao senso comum que categoriza a África como continente descolonizado ²⁹, a resiliência do hegemonismo no seio da *weltpolitik* usual na conduta das grandes potências é impeditiva de prejudicar que as relações internacionais num cenário multipolar tenham recalcado antigos pendores intervencionistas. Pelo contrário, são habituais as ocorrências onde

o poderio militar é convocado, demonstrando que o recurso à ingerência permanece como concorrido expediente nas relações internacionais. Hoje como dantes, o apelo à força se ajusta às práticas corriqueiras da vida internacional.

Portanto, tenha-se em mente o ajuizado de que o cenário mundial recomenda cautela, atenção e cuidados (*apud* CLAVAL, 1979: 203).

BIBLIOGRAFIA

LIVROS & CAPÍTULOS DE LIVROS

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *Quilombos: Geografia Africana - Cartografia Étnica, Territórios Tradicionais*. Brasília (DF): Mapas Editora & Consultoria. 2009;

_____. *A Utilização dos Recursos da Cartografia Conduzida para uma África Desmistificada*. Revista Humanidades, n°. 22, Retratos da África, pp. 12-32. Brasília (DF): Editora da Universidade de Brasília (UNB). 1989;

APPIAH, Kwame Anthony. *Na Casa do Meu Pai - A África na Filosofia da Cultura*. Rio de Janeiro (RJ): Editora Contraponto. 1997;

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília (DF): Editora da Universidade de Brasília (UNB). 1979;

ASANTE, S. K. B. et CHANAIWA, David. *Capítulo 24: O Pan-africanismo e a Integração Regional*. Volume VIII: África desde 1935. In: História Geral da África, pp. 873-896. Brasília (DF): UNESCO, SECAD/MEC, UFSCAR. 2010;

BALANDIER, Georges. *Antropologia Política*. São Paulo (SP): Coedição Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP)/ Difusão Européia do Livro (DIFEL). 1969;

_____. *As Dinâmicas Sociais - Sentido e Poder*. São Paulo e Rio de Janeiro (SP-RJ): Editora Difusão Européia do Livro (DIFEL). 1976;

BRETON, Roland Jules-Louis. *Geografia das Civilizações*. Série Fundamentos, n°. 60. São Paulo (SP): Editora Ática. 1990;

CEA. *África Única e Plural: "Mélanges" em homenagem ao Professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão* (Organização: Kabengele Munanga). Edição especial da Revista África, Volume 20/2. Universidade de São Paulo (SP): Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP). 2012;

CLAVAL, Paul. *Espaço e Poder*. Rio de Janeiro (RJ): Zahar Editores. 1979;

COURRIERE, Yves. *A Guerra da Argélia*. In História do Século XX, volume 6, pp. 2475-2481. São Paulo (SP): Abril Cultural. 1975;

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Géostratégie de l'Atlantique Sud*. Coleção Perspectives Internationales. Paris (França); Presses Universitaires de France. 1985;

DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana 1950-1980*. São Paulo (SP): Editora Paz e Terra. 2011;

FAGE, J.D. et TORDOFF, W. *História da África*. Lisboa (Portugal): Edições 70. 2010;

FERNANDES, Joel Aló. *Integração para o Desenvolvimento da África: a Fusão de Blocos Econômicos*. Coleção Relações Internacionais e Globalização, nº. 23. Ijuí (RS): Editora Injuí. 2009;

FERRO, Marc. *A História Descolonizada: a África Negra*. In: Falsificações da História, Coleção "Estudos e Documentos", nº. 192. Lisboa (Portugal): Publicações Europa-América. 1981;

GARCIA, Eugênio Vargas. *Cronologia das Relações Internacionais do Brasil*. 2ª edição revista, ampliada e atualizada. Rio de Janeiro (RJ) e Brasília (DF): co-edição Contraponto& Fundação Alexandre de Gusmão. 2005;

HARRIS, Joseph E. et ZEGHIDOUR, Slimane. Capítulo 23: *A África e a diáspora negra*. Volume VIII: África desde 1935. In História Geral da África, pp. 849-872. Brasília (DF): UNESCO, SECAD/MEC, UFSCAR. 2010;

HOROWITZ, Maryanne Cline (ed.). *New Dictionary of the History of Ideas*. New York (USA): Thomson Galé. 2005;

JOHNSTONE, Frederick, LEGASSIK, Martin, WOLPE, Harold et MORRIS, Mike. *Apartheid et Capitalisme: Le système économique de l'Afrique du Sud*. Paris (França): Francois Maspero. 1979;

KINDER, Hermann et HILGEMANN, Werner. *Atlas Histórico Mundial*. Colección Fundamentos. Madri (Espanha): Ediciones Istmo. 1975;

KODJO, Edem et CHANAIWA, David. Capítulo 25: *Pan-africanismo e libertação*. Volume VIII: África desde 1935. In: História Geral da África, Volume VIII: África desde 1935, pp. 897-924. Brasília (DF): UNESCO, SECAD/MEC, UFSCAR. 2010;

MASON, Philip. *Rodésia: O Dilema da Grã-Bretanha*. In: História do Século XX, volume 6, pp. 2489-2492. São Paulo (SP): Abril Cultural. 1975;

MAULL, Otto. *Geografia Política*. Barcelona (Espanha): Ediciones Omega, 1959;

MAZRUI, Ali Al'amin. Capítulo 5: *Procurai primeiramente o reino político...* . In: História Geral da África, Volume VIII: África desde 1935, pp. 125-149. Brasília (DF): UNESCO, SECAD/MEC, UFSCAR. 2010b;

MAY, Hugh Le. *Apartheid: a "solução" da África do Sul*. In: História do Século XX, volume 6, pp. 2579-2585. São Paulo (SP): Abril Cultural. 1975;

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: História e Civilizações*. Dois Volumes: Tomo I (*Até o século XVIII*) e Tomo II (*Do século XIX aos nossos dias*). Tradução de Alfredo Margarido. Salvador (BA): Editora da Universidade Federal da Bahia; São Paulo (SP): Casa das Áfricas. 2012;

MONETA, C. J., HILTON, S. TULCHIN, J. S., BALMACEDA, H. M., HAYES, M. D., GRABENDORFF, W., AUBURN, F. M., KIMBALL, L., DZIDZIENSYO, A. *Geopolítica y Política de Poder en el Atlântico Sur*. Buenos Aires (Argentina): Editorial Pleamar. 1994;

PENHA, Eli Alves. *Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador (BA): Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA). 2011;

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo (SP): Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1988;

UNESCO. *História Geral da África*. Brasília (DF): UNESCO, com apoio da Secretaria de Educação, Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação (MEC) e da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). 2010;

VISENTINI, Paulo Fernandes. *As Revoluções Africanas: Angola, Moçambique e Etiópia*. Coleção Revoluções do Século XX. São Paulo (SP): Editora da Universidade Estadual Paulista (UNESP). 2012;

WALDMAN, Maurício *et alli*. *Memória D'África: A Temática Africana em Sala de Aula*. São Paulo (SP): Cortez Editora. 2007.

RELATÓRIOS DE PESQUISA

WALDMAN, Maurício. O Papel de Angola na África Centro-Meridional: Recursos Hídricos, Cooperação Regional e Dinâmicas Socioambientais. Relatório de Pesquisa

de Pós-Doutorado. São Paulo (SP) e Brasília (DF): Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, FFLCH-USP/ Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, CNPq. 2013.

TESES, PAPERS & ENSAIOS ACADÊMICOS

DÖPCKE, Wolfgang. *O Encontro Estratégico: a União Africana, o Plano NEPAD e o novo discurso internacional*. In: Anais do Colóquio sobre as relações Brasil-África. Brasília (DF): Ministério das Relações Exteriores (MRE), Departamento da África e Oriente Próximo, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais Instituto Rio Branco. 2002a;

_____. *A Vida Longa das Linhas Retas: Cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra*. Brasília (DF): Revista Brasileira de Política Internacional, Volume 42, nº. 1, pp. 77-109. 1999;

LEITE, Fábio. *A questão da palavra em sociedades negro-africanas*. In: SANTOS, Juana Elbein dos (Organização). *Democracia e Diversidade Humana: Desafio Contemporâneo*. Salvador (Bahia): Edições SECNEB: Secretaria da Educação do Estado da Bahia. 1992;

_____. *Valores Civilizatórios em Sociedades Negro-Africanas*. In: Introdução aos Estudos da África Contemporânea. Brasília e São Paulo (DF-SP): Coedição Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP)/ Ministério das Relações Exteriores, texto mimeo. 1984;

LIU, Ming-Feng. *A Comparison between Asianism and Africanism - A study of modern legitimizing symbols*. Colección Sur-Sur, *Working Papers*, nº. 10. Buenos Aires (Argentina): Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales (CLACSO). 2013;

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. *África no Sistema Internacional*. Texto apresentado em Conferência no I Curso para Diplomatas Africanos (IPRI). Rio de Janeiro (RJ), 05-30 de Junho de 2010. 2010b;

OLIVA, Anderson Ribeiro. *A História da África nos Bancos Escolares: Representações e imprecisões na literatura didática*. In: Estudos Afro-Asiáticos, volume 25, nº. 3, pp. 421-461. Rio de Janeiro (RJ): Universidade Cândido Mendes. Texto disponível *on line*: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v25n3/a03v25n3.pdf> >. Acesso em: 28-04-2013. 2003;

SCHÜTZER, Herbert. *África subsaariana: a última fronteira do capitalismo*. São Paulo (SP): Casa das Áfricas. Paper disponível on line:

< <http://www.casadasafricas.org.br/wp/wp-content/uploads/2011/08/Africa-subsaaariana-a-ultima-fronteira-do-capitalismo.pdf> >. Acesso em: 12-09-2013. 2009;

SILVA, André Luiz Reis da. *Os Dilemas da África Contemporânea: a persistência do neocolonialismo e os desafios da autonomia, segurança e desenvolvimento (1960-2008)*. In: Revista Ciência & Letras, nº. 44, pp. 125-149, Julho-Dezembro de 2008. Porto Alegre (RS): Faculdade Porto-Alegrense (FAPA). 2008;

WALDMAN, Maurício. *Clivagens do Associativismo Africano*. Série Professor Mourão Nº. 4. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade São Paulo (FFLCH-USP) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Segunda edição, revisada. Disponível on line em:

< http://www.mw.pro.br/mw/serie_professor_mourao_04.pdf >. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2018;

_____. *Repensando a Economia Africana*. Artigo eletrônico primeiramente disponibilizado no site da Cortez Editora aos 25 de Maio de 2015, integrando as comemorações do Dia da África. Texto posteriormente masterizado e incorporado à Série Africanidades Nº. 4. Disponível on line em:

< http://mw.pro.br/mw/africanidades_04.pdf >. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2017;

_____. *O Mapa de África em Sala de Aula: A Persistência do Imaginário da Desqualificação na Representação Cartográfica Escolar de África*. Texto de subsídio elaborado para a Conferência Geografia e Geopolítica da África, proferida para o XVIII Curso de Difusão Cultural Introdução aos Estudos de África. Universidade de São Paulo. (SP): Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP). Material masterizado como ebook pela Editora Kotev, disponível em Formato PDF on line em:

< http://www.mw.pro.br/mw/o_mapa_de_africa_em_sala_de_aula.pdf >. Março de 2013. 2013b;

_____. *Unidade Africana: Um caminho pleno de esperanças*. Paper disponibilizado no site da Cortez Editora a partir de 20-11-2013. São Paulo (SP): Cortez Editora. Texto masterizado e incorporado à Série Africanidades nº. 17 pela Editora Kotev (São Paulo, SP). Título disponível on line em:

< http://mw.pro.br/mw/africanidades_17.pdf >. Acesso em: 20-11-2013. 2013h;

_____. *Ilhéus, Fortins e Nacos de Território: A Persistência Espacial do Colonialismo em África*. Texto de Subsídio elaborado para o XIV Curso de Difusão Cultural Introdução aos Estudos de África, Centro de Estudos Africanos da USP – CEA-

USP em Abril de 2012. Material masterizado como *ebook* pela Editora Kotev, disponível em Formato PDF *on line* em:

< http://mw.pro.br/mw/ilheus_fortins_e_nacos_de_territorio.pdf >. São Paulo (SP): Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (FFLCH-USP). 2012g;

_____. *Limites da Modernidade: Dilemas do Esgotamento dos Recursos*. Paper elaborado como subsídio para a Palestra “Sustentabilidade: Cenários e Desafios”. XII Jornada de Educação e XII Simpósio de Iniciação Científica da Faculdade de Ciências, Letras e Educação de Presidente Prudente (FACLEPP), da Universidade do oeste Paulista (UNOESTE). Texto masterizado e incorporado à Série Meio Ambiente nº. 19 pela Editora Kotev (São Paulo, SP). Título disponível *on line* em:

< http://mw.pro.br/mw/meio_ambiente_19.pdf >. Acesso: 23-10-2019. Presidente Prudente (SP): UNOESTE. 2011;

_____. *Metamorfoses do Espaço Imaginário: Um ensaio “topo-lógico” relativo ao universo da cultura, do espaço e do imaginário*. 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). São Paulo (SP): Universidade de São Paulo - Departamento de Antropologia. 1997.

ARTIGOS

LEWIS, Martin W. *Mayotte: the EU’s and France’s Troubled New Exclave*. GeoCurrents - The Peoples, Places & Languages Shaping Current Events. Texto disponível *on line* em: < <http://www.geocurrents.info/economic-geography/mayotte-the-eu%E2%80%99s%E2%80%94and-france%E2%80%99s%E2%80%94troubled-new-exclave> >. Acesso: 13-05-2012. 2011a;

_____. *Contested French Islands and Sea-Space in the Western Indian Ocean*. GeoCurrents - The Peoples, Places & Languages Shaping Current Events. Texto disponível *on line* em: < <http://geocurrents.info/geopolitics/contested-french-islands-and-sea-space-in-the-western-indian-ocean> >. Acesso: 13-08-2017. 2011b;

RUIZ-DIAZ, Hugo. *O Futuro da ONU: Com a palavra, os países do sul*. Artigo disponibilizado digitalmente no site do Le Monde Diplomatique Brasil, edição de 01-09-2005. Texto disponível *on line*: < <https://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=1254> >. Acesso: 22-09-2013. 2005;

_____. *Novos Rumos da Economia Africana*. In: Revista Brasil Angola Magazine, nº. 5, Junho-Julho de 2012, pp. 22-23. Artigo masterizado e incorporado à Série Africanidades Nº. 29. São Paulo (SP): Editora Kotev. Texto disponível *on line* em: < http://mw.pro.br/mw/africanidades_29.pdf >.2012;

_____. *África Presente, África em Movimento*. Bureau Polcomune - Notícias sobre Política e Comunidade Negra, Junho de 2012 e Revista Brasil Angola Magazine, nº. 5, Junho-Julho de 2012, páginas 11-12. São Paulo (SP). Artigo masterizado e incorporado à Série Africanidades Nº. 29. São Paulo (SP): Editora Kotev. Texto disponível *on line* em: < http://mw.pro.br/mw/africanidades_29.pdf >. 2012b.

LEVANTAMENTOS TÉCNICOS

WALDMAN, Maurício. *Blocos Regionais Africanos: Compilação Estatística Essencial, Ano-base 2010*. Devantamento técnico de subsídio para a pesquisa *O Papel de Angola na África Centro-Meridional: Recursos Hídricos, Cooperação Regional e Dinâmicas Socioambientais*. Documento divulgado preliminarmente junto ao XVIII Curso de Difusão Cultural do Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP) e posteriormente endossado pela Câmara de Comércio Afro-Brasileira (AFRO-CHAMBER). Abril de 2013. Material masterizado em Formato PDF pela Editora Kotev, Série Professor Mourão Nº. 4, disponível *on line* em: < http://www.mw.pro.br/mw/serie_professor_mourao_04.pdf >. 2013d.

COLÓQUIOS

Colóquio Geopolítica & Cartografia da Diáspora: África América Brasil. Geopolítica e Cartografia da Diáspora, Volumes I e II. Palestras e Conferências do Evento. Realização do Projeto Geoafro e do CIGA-UNB, apoio do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNB e CAPES-MEC. Material videográfico em dois CDs. Coordenação Tecno-científica: Professor Doutor Rafael Sanzio dos Anjos. Brasília, 2012.

CARTOGRAFIA

BONIFACE, Pascal; VÉDRINE, Hubert *et* MAGNIER, Jean-Pierre. *Atlas do Mundo Global*. São Paulo (SP): Estação Liberdade. 2009;

DUBY, Georges. *Atlas Historique Mondial*. Paris (França): Larousse - Essays et Documents. 2011.

DOCUMENTOS, GLOSSÁRIOS E MATERIAIS INSTITUCIONAIS

UA. *Protocol on Amendments to the Constitutive Act of the African Union* (Protocolo de Emendas da União Africana), adotado na 1ª Sessão Extraordinária da Assembléia da União em Adis Abeba, Etiópia, 3-02-2003. 2003.

VIDEOGRAFIA

Os Africanos: A Tríplice Herança (The Africans: A Triple Heritage), série televisiva produzida pela British Broadcasting Corporation (BBC) e a Public Broadcasting Service (PBS) em cooperação com a Nigerian Television Authority (NTA). Professor Ali Mazrui (editor e narrador). 1986.

¹ **Integração de África: Cadências, Prognósticos e Sínteses** corresponde a excerto do Relatório de Investigação de Pós-Doutorado *O Papel de Angola na África Centro-Meridional: Recursos Hídricos, Cooperação Regional e Dinâmicas Socioambientais*, desenvolvida no biênio 2012-2013 com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), instituição de fomento à pesquisa acadêmica ligada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do governo do Estado de São Paulo. Atente-se que o parecer final de aprovação do Relatório pela FAPESP em 2014, categorizou a investigação como *excelente*, destacando o rigor da redação e organização do texto, assim como destacou o material como merecedor de publicação. Em termos editoriais/textuais, **Integração de África: Cadências, Prognósticos e Sínteses** corresponde aos três primeiros subcapítulos do Capítulo 2 do Relatório de Investigação: *Integração de África: Cadências, Prognósticos e Sínteses*: 2.1. *A Proatividade da África Sujeito*, 2.2. *Identities em construção, Pan-Africanismo e Imaginário Político* e 2.3. *Vicissitudes da Integração*, perfazendo ao intervalo entre as páginas 36-53 do Relatório de Investigação de Pós-Doutorado, que nesta edição, foi levemente adaptado para publicação em *separata*. A mais ver, foram divulgados dois textos com base em excertos desta parte do Relatório de Pós-Doutorado para público amplo, ambos indexados à Série Africanidades: *Unidade Africana: Um Caminho Pleno de Esperanças* (Série Africanidades Nº. 17) e *Pan-Africanismo: Relações Multilaterais, Identidade & Economia Global* (Série Africanidades Nº. 20), assim como *Clivagens do Associativismo Africano* (Série Professor Mourão Nº. 4). Materiais mais recentes, com foco no tema deste texto, também foram adicionados à Bibliografia. Atente-se que todos os títulos da Série Professor Mourão, à qual este material está indexado, acatam a ordem de exposição textual do Relatório de Pós-Doutorado, sequenciados de acordo com a numeração. Em 2020, sob titularidade da **Editora Kotev** (2018, Kotev©), este excerto foi revisado, masterizado e reconfigurado editorialmente. A edição atual do texto incorpora revisão ortográfica com base nas regras vigentes quanto à norma culta da língua portuguesa, cautelas de estilo editorial, repaginação normativa e ajustes de programação inerentes ao formato PDF. Enquanto um documento acadêmico, a presente edição reporta exclusivamente ao teor e às considerações presentes no documento original da investigação. Tecnicamente **Integração de África: Cadências, Prognósticos e Sínteses** contou com a Assistência de Editoração Eletrônica, Pareceres Técnicos e Tratamento Digital de Imagens do *webdesigner* Francesco Antonio Picciolo, E-mail: francesco_antonio@hotmail.com, Site: www.harddesignweb.com.br. **Integração de África: Cadências, Prognósticos e Sínteses** é um material gratuito, sendo vedada qualquer forma de reprodução comercial e igualmente, divulgação sem aprovação prévia da **Editora Kotev** (Kotev©). A citação deste texto deve obrigatoriamente agregar referências ao autor e ao texto, conforme segue: WALDMAN, Maurício. *Integração de África: Cadências, Prognósticos e Sínteses*. Série Professor Mourão Nº. 2. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade São Paulo (FFLCH-USP) e Fundação de Amparo

à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). São Paulo (SP): Editora Kotev. 2020.

² **MAURÍCIO WALDMAN** é jornalista (MTb 79.183-SP), editor, consultor, professor universitário e antropólogo africanista, com graduação em Sociologia (USP, 1982), licenciatura em Geografia Econômica (USP, 1983), mestrado em Antropologia (USP, 1997), doutorado em Geografia (USP, 2006), pós-doutorado em Geociências (UNICAMP, 2011), pós-doutorado em Relações Internacionais (USP, 2013) e pós-doutorado em Meio Ambiente (PNPD-CAPEs, 2015). O segundo pós-doutoramento do autor, *O Papel de Angola na África Centro-Meridional: Recursos Hídricos, Cooperação Regional e Dinâmicas Socioambientais*, foi desenvolvido na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade São Paulo (FFLCH-USP), sob supervisão do Professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão, decano do conhecimento africanista brasileiro, pesquisa que contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Waldman atuou como consultor do Instituto Paulo Freire no campo temático de África e realidade negra brasileira na *Coleção Tecendo o Saber* (2003-2004), como consultor internacional da Câmara de Comércio Afro-Brasileira (2013-2017), e durante dez anos (2004-2014), como professor colaborador nos cursos de difusão cultural do Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP). Também desenvolveu palestras, cursos e conferências sobre África & Africanidades em dezenas de cidades brasileiras. Maurício Waldman responde pela autoria de 210 artigos, resenhas, projetos e textos científicos centrados no temário de África & Africanidades. Entre outros veículos de mídia impressa e eletrônica, os textos de Maurício Waldman foram publicados pela revista África (CEA-USP), Jornal Cultura (Luanda, Angola), revista Brasil-Angola Magazine (São Paulo), revista eletrônica Contemporartes (Curitiba) e Instituto Portal Afro (São Paulo). Waldman é autor de *Africanidade, Espaço e Tradição: A Topologia do Imaginário Espacial Tradicional Africano na fala griot sobre Sundjata Keita do Mali* (Revista África, coedição CEA-USP/Editora Humanitas, 1997-1998, Volume 20/21, pp. 219-268), *paper* indexado como academicamente relevante pelo Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), o mais influente centro de pesquisa mantido pelo governo francês ([Cf. Ficha Catalográfica](#)). Maurício Waldman também é coautor de *Memória D'África: A temática africana em sala de aula* (Cortez Editora, 2007), obra de referência no campo africanista brasileiro.

Mais Informação:

Portal do Professor Maurício Waldman: www.mw.pro.br

Maurício Waldman - Textos Masterizados: <http://mwtextos.com.br/>

Currículo Lattes-CNPq: <http://lattes.cnpq.br/3749636915642474>

Página em Academia.edu: <https://usp-br.academia.edu/Maur%C3%ADcioWaldman>

Verbete Wikipedia (BrE): http://en.wikipedia.org/wiki/Mauricio_Waldman

Contato Email: mw@mw.pro.br.

³ Adota-se aqui o padrão de escrever com iniciais maiúsculas sempre que estivermos nos referindo ao acrônimo da disciplina *Relações Internacionais* e por *relações*

internacionais quando o indicativo expuser sua expressão fenomênica.

⁴ Para *reificação*, evoca-se aqui a definição clássica, semanticamente calcada na palavra alemã *verdinglichung*, significando *transfiguração de uma ideia em uma coisa* cujo intento é torná-la *objetal*. Em suma: através da reificação os produtos do cérebro humano são investidos de autonomia, e sua figuratividade, ajusta um mosaico de atribuições fetichistas. Neste seguimento, as prefigurações do imaginário, vindo à tona conotadas de vida própria e ungidas por virtudes a elas emprestadas, tendem a referendar o ideário social, e nesta linha de relevância, alçadas ao comando dos próprios mecanismos responsáveis pelo seu surgimento (Cf. WALDMAN, 1997).

⁵ O uso mais antigo do termo na imprensa remonta a 1988, quando em artigo publicado pela Xinhua News Agency, Michel Aurillac, desempenhando na ocasião a função de ministro francês de cooperação do governo Jacques Chirac, criticava o pessimismo imperante no Ocidente quanto ao desenvolvimento econômico africano e acautelava contra ao que ele referiu como um “afro-pessimismo” na postura de uma parte dos credores internacionais. A terminologia, contudo não se reduz à presunção de uma estagnação econômica insuperável. As chamadas “guerras tribais”, epidemias, miséria, fome e doenças mazelas perfazem leque aditivo de desgraças que animam a visão afro-pessimista (*apud* HOROWITZ, 2005: 33).

⁶ Numa exemplificação quase alegórica, a tese de doutorado do historiador e antropólogo senegalês Cheik Anta Diop sobre as raízes africanas da civilização egípcia (que hoje desfruta de pleno foro científico), gerou vívidas controvérsias, sendo primeiramente rechaçada (1951) e aprovada somente quando da segunda apresentação do trabalho (1960).

⁷ Há que ser mencionado o feito materializado na proposta da *História Geral da África* (HGA), coleção patrocinada pela UNESCO que hoje perfila oito volumes, resultantes de um trabalho iniciado em 1964 e que se estende até os nossos dias. Essa iniciativa foi capitaneada pelo *Comitê Científico Internacional da UNESCO para a Redação da História Geral da África*, composto por um colegiado formado por 39 especialistas (dois terços deles africanos), por sua vez apoiados por mais de 350 profissionais oriundos das mais diversas áreas do conhecimento (historiadores, antropólogos, filósofos e cientistas políticos). Dentre os editores responsáveis pelos tomos da coleção estão Joseph Ki-Zerbo, Albert Abu Boahen, Cheikh Anta Diop, Jacob Festus Ade Ajayi, Christophe Wondji, Theophile Obenga, Ali Mazrui, Gamal Mokhtar, Mohammed El Fasi, Ivan Hrbek, Djibril Tamsir Niane e Bethwell Allan Ogot. A HGA constitui o maior monumento intelectual com centro na assunção da unidade do continente africano.

⁸ Constatam-se de igual modo movimentações políticas e literárias como a da *Negritude*, vertente que ganhou força principalmente na terceira década do século passado. Neste gabarito, dentre os nomes mais proeminente figuram os de Léopold Senghor (primeiro presidente do Senegal), o martiniquense Aimé Césaire e o guianense Léon-Gontran Damas. Os escritores pertencentes a este movimento

tinham em comum a rejeição à dominação colonial gaulesa, a ênfase em prol da solidariedade e unidade do mundo negro, assim como a denúncia do racismo.

⁹ Neste sentido, ressalve-se que a diáspora também é permanentemente lembrada nos discursos e narrativas de africanos. Por exemplo, o Protocolo de Emendas da União Africana do ano de 2003 estabelece entre seus objetivos: “*convidar e encorajar a plena participação da Diáspora Africana enquanto parte importante do nosso continente, na construção da União Africana*” (UA, 2003: 2, *grifos nossos*).

¹⁰ Tanto a ZANU quanto o ZAPU foram organizações lideradas por personalidades políticas de peso: a primeira por *Robert Mugabe*; a segunda, por *Joshua N’komo*.

¹¹ A sigla refere-se ao partido socialista fundado pelo líder ganense Kwame Nkrumah, ainda hoje com ramificações no continente africano e na diáspora negra.

¹² O TANU operava na parte continental da Tanzânia e o ASP, em Zanzibar-Pemba. As duas agremiações uniram-se em 1977 no Chama Cha Mapinduzi (CCM), o Partido da Revolução, uma entidade guia na política tanzaniana no período Julius Nyerere.

¹³ Exemplificando, na última Copa do Mundo de Futebol (África do Sul, 2010), mais de um observador registrou que os africanos “torcem” pelo seu próprio país e simultaneamente por África, o que não acontece com os demais continentes (Vide MOURÃO, 2010b: 1).

¹⁴ É interessante observar que para o sociólogo chinês Ming-Feng Liu, o pan-africanismo está conferido, ao menos na comparação com o que o autor identifica como “asiatismo”, de representatividade imaginária fortemente compartilhada, em parte porque contrariamente à Ásia, a África não está identificada com “Estados-núcleo”. Dito de outro modo: estão ausentes reinos e/ou impérios que tenham historicamente se imposto na amplitude continental ou numa grande parte dela. Na mesma avaliação, a continuidade da pressão de forças exógenas é uma das molas mestras que energizam a África enquanto representação simbólica, induzindo respostas diferenciadas diante da globalização (Cf. LIU, 2013).

¹⁵ Entretanto, ressalve-se que nesse momento histórico crucial, a política brasileira para a África limitava-se a posicionamentos retóricos, pois o Brasil mantinha posição dúbia relativamente quanto às ‘províncias ultramarinas’ portuguesas e ao regime de minoria branca da África do Sul (*apud* GARCIA, 2005: 189. Ver também a esse respeito DÁVILA, 2011: 115-144 e PENHA, 2011: 149-230).

¹⁶ Atentar para o fato de que a atual República de *Gana* (grafada sem “h”) não tem nenhuma relação histórica direta com o Império do *Ghana*, que em grande parte se situava nas terras dos atuais Mali, Senegal, Gâmbia, Guiné-Conacri, Mauritânia e do Níger. Assim sendo, a adoção da denominação Gana foi escancarada demonstração da determinação nacionalista do governo de Nkrumah, referenciando um poderoso e pujante império africano no lugar de um topônimo colonialista (Ver a respeito BALANDIER, 1976: 214 e também FERRO, 1981).

¹⁷ Que o confirme a célebre declaração de Nkrumah proferida durante a acessão da antiga *Gold Coast* à independência: “A independência do Gana não tem sentido se não estiver associada à libertação total da África”.

¹⁸ Os presságios afro-pessimistas da fragmentação da África e dos ódios tribais desconsideram que como no caso de Katanga e de Biafra, a “propensão” seccionista recebeu apoio aberto das potências ocidentais. As tentativas de criar países novos destacados do corpo de nações recentemente independentes (todas malsucedidas), foi um expediente para assegurar a posse de riquezas naturais sob o controle de elites mais dóceis às ambições das empresas e ex-metrópoles. Mais do que as pretensas ojerizas tribais, o grande aguçador do apetite separatista foi de modo repetitivo, a clara interferência do Ocidente.

¹⁹ Pondere-se que a Crise do Congo sobrevém num cenário previamente conturbado, marcado por atos de hostilidade mútua entre as superpotências. Em Maio de 1960, a URSS abatera em pleno coração do espaço aéreo soviético, na região dos Urais, um avião norte-americano da classe U-2 em missão de espionagem. O piloto, Francis Garry Powers, foi aprisionado e submetido a um julgamento cinematográfico em Moscou. O episódio teve por efeito colateral o cancelamento da Cúpula de Paris, encontro diplomático de diálogo entre os EUA e a URSS a respeito da Crise de Berlim, um claro agravante para o relacionamento entre as superpotências. Quanto aos EUA, o governo Dwight Eisenhower demonstrava preocupação com a proximidade crescente do regime de Fidel Castro com a URSS, patente com a visita do ministro Anastas Mikoyan a Cuba, em Fevereiro daquele mesmo ano.

²⁰ Referindo-se à luta dos argelinos, assim considerou Henri Lopés, ex-primeiro ministro da República do Congo: “Esse país do Magreb carregou a cruz por toda a África e sua luta permitiu que houvesse descolonizações pacíficas no resto do império colonial francês” (citado in RUIZ-DIAZ, 2005).

²¹ A África do Sul ocupou o território da Namíbia em 1915, até então dominado pelo Império Alemão e conhecido como Sudoeste Africano. Após a I Guerra Mundial a Namíbia passou a ser governada em regime de Mandato concedido à África do Sul pela Liga das Nações. Após a II Guerra Mundial, desacatando orientação da ONU em promover a independência do país, a Namíbia passou a ser uma possessão *de facto* da África do Sul e do regime do *Apartheid*.

²² Ao redor do mundo, subsistem 14 territórios ultramarinos da Grã-Bretanha, dissociados administrativamente da área metropolitana.

²³ No continente americano localizam-se três outros DOM franceses: Martinica, Guadalupe e Guiana Francesa.

²⁴ Em castelhano, o termo *Penñon* se aplica às elevações escarpadas do relevo, adereçadas de penhascos com declives acentuados, oferecendo manifesta dificuldade de acesso e ocupação humana.

²⁵ Vélez de la Gomera era originariamente um ilhote. Entrementes, aluviões dos arroios das imediações e um forte abalo sísmico datado de 1930 uniram o antigo ilhéu ao continente, transformando-o num promontório.

²⁶ Distante escassos 200 metros da costa, o governo do Marrocos, sob argumento da ilha constituir território ilegítimamente usurpado, não reconhece a soberania da

Espanha sobre o território.

²⁷ Especificamente para Angola, as ilhas de Santa Helena e Ascensão, distantes respectivamente 1.900 e 2.900 km da costa angolana, são forçosamente item na pauta geoestratégica da segurança nacional angolana.

²⁸ Cabe aqui o registro de que muitos setores de opinião da África contemporânea, acompanhados de posicionamentos governamentais e da UA, reivindicam os domínios remanescentes dos europeus como parte de um espólio africano. E de fato, no referente às ilhas e arquipélagos sob posse da França e os enclaves espanhóis, seria difícil objetar uma petição anticolonialista. Essas premissas não estão totalmente claras quanto ao território ultramarino britânico do Atlântico. Mas, o uso militar destes postos oceânicos os coloca na agenda das relações internacionais da África. O debate geoestratégico reservado às ilhas e arquipélagos da África, incluiria também, num ângulo diferenciado, a ilha da Madeira e as Canárias. Consistindo em territórios onde a senioridade do domínio europeu e a especificidade do processo de ocupação referencia, de algum modo, a condição de domínios metropolitanos, a sinergia destas ilhas com o continente não permite de modo algum excluí-las de uma perspectiva geopolítica centrada na África.

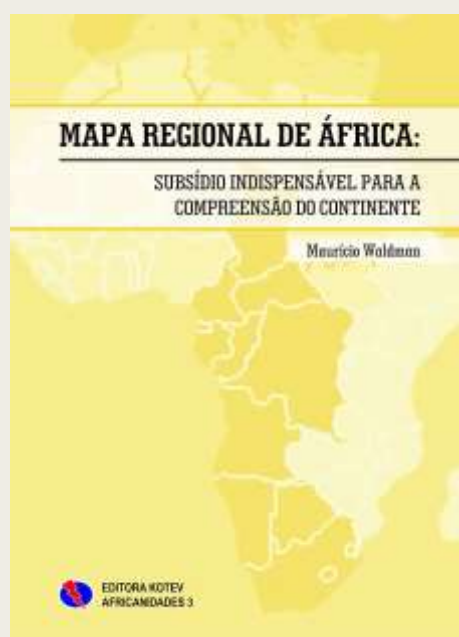
²⁹ Seria conveniente registrar que a União Africana, apesar da continuidade de possessões “vestigiais” no continente, considerou consumada a missão propugnada pela antiga OUA quanto à erradicação “de todas as formas de colonialismo” (Cf. DÖPCKE, 2002a: 147).

CONHEÇA A SÉRIE PROFESSOR MOURÃO



<http://mwtextos.com.br/serie-professor-mourao/>

INTEGRAÇÃO AFRICANA: GEOGRAFIA, ECONOMIA E UNIDADE POLÍTICA



http://mw.pro.br/mw/africanidades_03.pdf



http://mw.pro.br/mw/africanidades_04.pdf



http://mw.pro.br/mw/africanidades_17.pdf



Os debates sobre o continente africano constitui um dos pilares centrais de atuação da EDITORA KOTEV, publicadora digital que entrou em atividades no ano de 2016. Também trabalhamos com temas relacionados com **RELAÇÕES INTERNACIONAIS, RECURSOS HÍDRICOS, MEIO AMBIENTE, EDUCAÇÃO POPULAR, ANTROPOLOGIA E GEOGRAFIA.**

Saiba mais sobre a EDITORA KOTEV. Acesse nossa página:
<http://kotev.com.br/>

Qualquer dúvida nos contate. Estamos à disposição para atendê-lo:
atendimento@kotev.com.br